



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS DAS RELIGIÕES**

ENSINO RELIGIOSO:

Um caminho onde o ser humano busca um sentido para a vida

JOSÉ CARLOS TÔCA DA SILVA

**JOÃO PESSOA
2019**

JOSÉ CARLOS TÔCA DA SILVA

ENSINO RELIGIOSO:

Um caminho onde o ser humano busca um sentido para a vida

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado a Coordenação do Curso de Ciências das Religiões da Universidade Federal da Paraíba como requisito complementar para obtenção do título de Licenciatura em Ciências das Religiões, sob orientação do professor Dr. Marinilson Barbosa da Silva.

JOÃO PESSOA
2019

S586e Silva, José Carlos Toca da.

Ensino religioso: um caminho onde o ser humano busca um sentido para a vida / José Carlos Toca da Silva. - João Pessoa: UFPB, 2019.

43f.

Orientador: Marnilson Barbosa da Silva
Trabalho de Conclusão de Curso (graduação em Ciências das Religiões) – Universidade Federal da Paraíba/Centro de Educação

1. Ensino religioso. 2. Base Nacional Comum Curricular. 3. Educação. I. Silva, Marnilson Barbosa da. II. Título.

UFPB/CE/BS

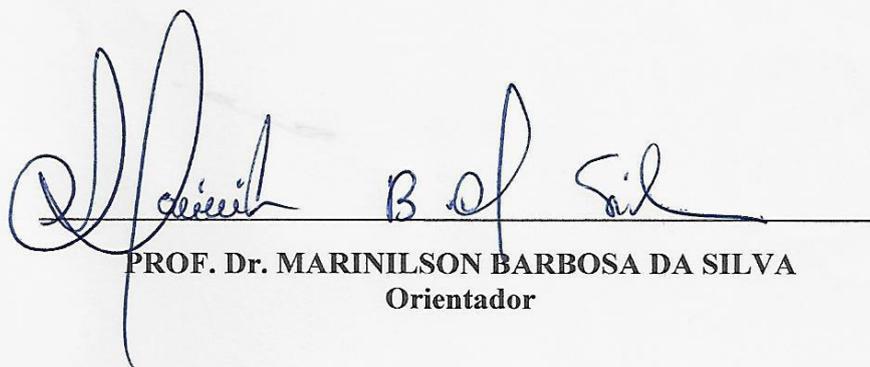
CDU: 2:37(043.2)

JOSÉ CARLOS TÔCA DA SILVA

ENSINO RELIGIOSO:

Um caminho onde o ser humano busca um sentido para a vida

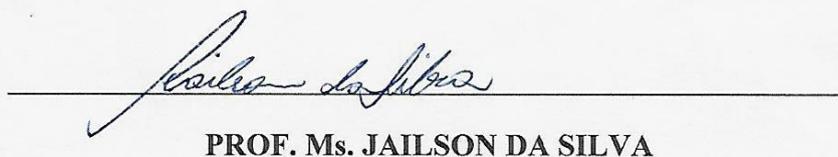
Trabalho de conclusão de curso submetido à Banca Examinadora designada pelo Curso de Graduação em Ciências das Religiões da Universidade Federal da Paraíba como requisito para obtenção do grau de Licenciado em Ciências das Religiões.



PROF. Dr. MARINILSON BARBOSA DA SILVA
Orientador



PROF. Ms. SIDNEY ALLESSANDRO DA CUNHA DAMACENO



PROF. Ms. JAILSON DA SILVA

Dedico este trabalho a Deus: “O temor do Senhor é o princípio da sabedoria; revelam prudência todos os que a praticam. O seu louvor permanece para sempre”.
(Salmo - 111:10)

AGRADECIMENTOS

Primeiramente a Deus, que me agraciou pela sua sabedoria, não permitindo em nenhum momento que a desistência alcançasse - me, por isto estou bem certo que sem Ele nada podemos fazer, esta é a razão da minha vitória.

Agradeço aos professores que sempre estiveram dispostos a ajudar e contribuir para um melhor aprendizado em especial ao meu orientador professor Dr. Marinilson Barbosa da Silva.

Agradeço a Universidade Federal da Paraíba que me deu a oportunidade de cursar Ciências das Religiões nesta renomada instituição. Obrigado por proporcionar um ambiente saudável para todos os alunos, além de estimular a criatividade, a interação e a participação nas atividades acadêmicas. Sou grato à direção e administração desta instituição.

Aos meus amigos e família, a vocês eu deixo uma palavra gigante de agradecimento. Hoje sou uma pessoa realizada e feliz porque não estive só nesta longa caminhada. Vocês foram meu apoio.

Agradeço do fundo do meu coração por todas as coisas que me proporcionaram. Nem sempre foi fácil enfrentar os desafios, mas partiu de vocês o incentivo para continuar lutando e não pensar em desistir.

A quem não mencionei, mas estive junto, eu prometo reconhecer essa proximidade, ajuda e incentivo todos os dias da minha vida.

Nenhuma flor veste tão adoravelmente um azul como aquelas que crescem ao pé das montanhas geladas; nenhuma estrela cintila tão brilhantemente quanto aquelas que reluzem no céu polar; não há água tão saborosa e doce como a que salta no meio da areia do deserto; nenhuma Fé é tão preciosa como a que vive e triunfa na adversidade!

"A Fé provada traz Experiência!"

C. H. Spurgeon.

RESUMO

Ao escolher a temática do Ensino Religioso como um componente curricular, onde o aluno como um ser humano busca compreender o sentido do fenômeno religioso para a sua vida, surge à inquietação de entender de que forma o Ensino Religioso pode ser entendido como um espaço para contribuir na educação religiosa. Será que o Ensino Religioso contribui para que o ser humano encontre este caminho e consiga viver a tolerância religiosa? Foi o que investiguei nesta pesquisa. Objetivo geral: Analisei como o ser humano tem buscado o sentido para a vida através do Ensino Religioso, visto que não existe mundo sem religião a menos que deixe de existir ser humano. Descrevi o papel da religião para o ser humano sendo ele repleto de questionamento a respeito de tudo que o cerca e que a religião na qual envolve o ser humano precisa ser realmente “desmistificada”: nada de complicação e sim buscar entender a complexidade impossível de se ignorar. Também que o Ensino Religioso é disciplina Integrante na formação básica do cidadão onde é um grande desafio nos dias de Hoje. A fundamentação teórica utilizada foi a Nova LDB (Lei de Diretrizes de Base), A BNCC (Base Nacional Comum Curricular (BNCC), Mircea Eliade (1992), Paulo Freire (1991). A metodologia usada neste trabalho foi a pesquisa bibliográfica com a finalidade de analisar a importância do Ensino Religioso desenvolvido com base em materiais já elaborados, constituído principalmente de livros, artigos científicos, revistas, internet, etc. Assim o resultado deste trabalho contribui para que as pessoas entendam que o conhecimento religioso e a religião são patrimônios da humanidade, o Ensino Religioso é parte integrante essencial na formação do ser humano como pessoa e cidadão, garantindo o respeito a diversidade cultural e religiosa dela própria.

PALAVRAS-CHAVES: Ensino Religioso, BNCC, Educação.

ABSTRACT

When choosing the theme of Religious Education as a curricular component, where the student as a human being seeks to understand the meaning of the religious phenomenon for his life, he arises to the concern of understanding how religious teaching can be understood as a space to contribute in religious education. Does Religious Education help human beings find this way and live religious tolerance? This is what I investigated in this research. General objective: I have analyzed how the human being has sought the meaning for life through Religious Education, since there is no world without religion unless human beings cease to exist. I described the role of religion to the human being being full of questioning about everything that surrounds it and that the religion in which it involves the human being needs to be really "demystified": no complication but to try to understand the complexity impossible to be ignore. Also that Religious Education is an integral discipline in the basic formation of the citizen where it is a great challenge in the days of Today. The theoretical basis used was the New LDB (Basic Law of Guidance), BNCC (National Curricular Joint Base (BNCC), Mircea Eliade (1992), Paulo Freire (1991).) The methodology used in this work was the bibliographical research with the purpose of analyzing the importance of Religious Education developed on the basis of already elaborated materials, consisting mainly of books, scientific articles, magazines, internet, etc. The result of this work can contribute for people to understand that religious knowledge and religion are patrimony of humanity, religious education is an essential integral part of the formation of the human being as a person and citizen, guaranteeing respect for her own cultural and religious diversity.

KEYWORDS: Religious Education, BNCC, Education.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	09
2. A TRAJETÓRIA DO ENSINO RELIGIOSO NA EDUCAÇÃO BRASILEIRA	10
2.1 A Nova LDB.....	13
2.2 BNCC (Base Nacional Comum Curricular) - Proposta Curricular do Estado da Paraíba na área do Ensino Religioso	15
2.2.1 Ensino Religioso – Ensino Fundamental.....	15
2.2.2 Ensino Religioso – Educação Infantil	19
2.2.3 Ensino Religioso – Educação de Jovens e Adultos	22
3. BRASIL, UM PAÍS DE ALEGRIA E DO MEDO	25
3.1 O Papel da Religião para o Ser Humano	27
3.2 Respeito ao Diferente	29
4. O ENSINO RELIGIOSO E A CULTURA DE PAZ.....	32
4.1 Direitos Humanos e Intolerância Religiosa	33
4.2 Formação Docente para o Ensino Religioso na Paraíba.....	36
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	40
REFERÊNCIAS	42

1 INTRODUÇÃO

A escolha do tema Ensino Religioso mostrou-me que o mundo não pode existir sem religião a menos que deixe de existir o ser humano, Tudo aquilo no que o homem procura para a sua vocação, as suas virtudes e a sua felicidade, de onde a arte e a ciência retiram o seu orgulho e a sua fama, as relações ligadas à sua liberdade e à sua vontade, tudo isso tem o seu ponto central na religião, no pensamento, na consciência e no sentimento. O fenômeno da religião abrange toda a humanidade em tempo e espaço. Não está presente tão somente nesta ou naquela cultura particular, ou neste grupo social de determinada época histórica. Não! Trata de um fenômeno universal, pois está presente em todo o mundo independente da época ou contexto social bem como, a todo o momento o homem está ligado a uma religião.

De acordo com as Diretrizes Curriculares da Educação Básica do Paraná (PARANÁ, 2008), historicamente, o conhecimento religioso e a religião são patrimônios da humanidade porque se constituem através da inter-relação dos aspectos culturais, sociais, econômicos e políticos. O Ensino Religioso é parte integrante essencial na formação do ser humano, como pessoa e cidadão garantindo o respeito a diversidade cultural e religiosa dela própria. Por isso é importante destacar que um dos grandes desafios do componente curricular de Ensino Religioso é efetivar uma prática de ensino voltada para a superação do preconceito religioso e a construção da consolidação do respeito à diversidade cultural e religiosa.

Nesse contexto, ressalta-se que o ser humano, por sua vez, necessita de verdades para obter um sentido para a vida, no entanto, paradoxalmente, quanto mais se busca um sentido para a vida a partir das respostas oferecidas pelas tradições religiosas, mais encontramos pessoas sem sentido para viver e fazer a diferença na sociedade. Desde os primórdios, o ser humano busca se organizar em grupos culturais que contribuem para a construção da identidade individual, grupal e transcendental. A identidade sempre desperta interesse, seja no cotidiano, seja nos contextos acadêmicos. Cada ser humano está em constante busca por uma identidade. As diferentes áreas do conhecimento contribuem com suas multiplicidades de sentidos e termologias para a compreensão e definição de identidade em busca de encontrar a paz.

Como o objetivo deste estudo foi investigar a relação entre o sentido da vida de forma reflexiva. O trabalho se desenvolveu com base no tema: **ENSINO RELIGIOSO:** Um caminho onde o ser humano busca um sentido para a vida, apoiado em fontes bibliográficas que abordam o tema sugerido de autores com preocupação básica de avivar, perante a consciência pedagógica aspectos relevantes da nossa educação religiosa.

2 A TRAJETÓRIA DO ENSINO RELIGIOSO NA EDUCAÇÃO BRASILEIRA

Desde o período colonial que esta relação entre a religião, sobretudo Católica, com a educação brasileira se estabelece, pois a colonização trouxe em seu bojo a estrutura de expansão da Igreja Católica que, na Europa, enfrentava a contrarreforma. Nesse contexto, a Companhia de Jesus em 1549 se tornou responsável pela tarefa de defender os preceitos católicos no Novo Mundo e, por isso, as primeiras bases educacionais do Brasil foram católicas, basicamente jesuíticas, e tinham como objetivo básico a imposição da cultura portuguesa nessas terras.

No século XVIII, devido às influências Iluministas, o 1º Ministro português, Marquês de Pombal, objetivando incluir Portugal no rol das nações modernizadas expulsou, em 1759, os Jesuítas do Brasil, tornando a educação baseada em princípios laicos. Doze anos após essa expulsão, foram implantadas as “Aulas Régias”, primeira experiência de ensino público no Brasil.

Com a independência, em 1822, o Brasil se manteve sob o regime de Padroado, criando diversos mecanismos que vinculavam a religião Católica com o Império brasileiro. No regime de Padroado, o imperador pode designar pessoas para o preenchimento dos cargos eclesiásticos mais significativos e, por outro lado, o Clero ganhava proventos do Estado, transformando-se em funcionários públicos e dependentes do Estado. Portanto, a Constituição de 1824 selou a união entre coroa e religião. As relações entre Estado e Igreja reaparecem no campo educacional, uma vez que a Lei de Instrução de 1827 aborda o Ensino Religioso: “*Art. 6º – Os professores ensinarão a ler, escrever, as quatro operações de aritmética [...] e os princípios de moral cristã e da doutrina católica e apostólica romana [...]*”. Essa forma de organização da escola imperial se manteve de forma inconstante até a proclamação da República em 1889.

Durante os anos iniciais da República brasileira, com forte influência positivista e dos militares, se criou uma nova realidade educacional: a laicização do ensino brasileiro. A inauguração do Estado laico foi questionada pela Igreja, no entanto, a Constituição de 1891 regulamentou a separação entre as referidas instituições e proibiu a subvenção, restrição e manutenção de cultos pelo Estado. Com essa determinação entre 1889 a 1930 a Igreja ampliou a criação de colégios próprios por meio das Congregações religiosas. É mister destacar que durante toda a Primeira República a Igreja Católica se organizou na tentativa de

recuperar seu domínio no campo educacional. Criou centros de formação de intelectuais leigos, tal como o Centro Dom Vital.

Como resultados dessa luta, na Constituição de 1934, têm o retorno oficial do Ensino Religioso às escolas públicas. Estabeleceu-se que a oferta da disciplina fosse obrigatória e facultativa para os alunos, tendo como novidade a inclusão dessa disciplina nas escolas profissionais.

A partir de 1937, novos contornos para o ensino religioso foram feitos, uma vez que inicia-se a Ditadura Vargas. A disciplina se adequou ao novo contexto – uma onda conservadora e anticomunista – sendo seu papel esclarecido pela Constituição de 1937, mas perdendo força e espaço para a disciplina Moral e Cívica que, na prática, também atendia a valores religiosos.

Ao fim da Ditadura de Vargas, o Brasil retornou para a Democracia (1946-1964) e, no contexto da Guerra Fria, foi marcado pela aliança com os Estados Unidos e por uma nova Constituição em 1946. Essa nova Carta Magna se caracterizou pelos princípios liberais e democráticos e a disciplina de Ensino Religioso foi mantida como obrigatória para as escolas públicas, sendo fornecida de acordo com a confissão religiosa do aluno, garantido a liberdade religiosa, mas seria de matrícula facultativa.

Nos anos 50 uma nova arena de disputa se estabeleceu: a elaboração das Leis de Diretrizes e Bases da Educação brasileira (LDB). A Igreja Católica e os empresários da educação se uniram com a bandeira da liberdade do ensino e do direito da família para educar seus filhos. Publicada em 1961 a LDB definiu: “*Art. 97 – O ensino religioso constitui disciplina dos horários das escolas oficiais, é de matrícula facultativa, e será ministrado sem ônus para os poderes públicos, de acordo com a confissão religiosa do aluno, manifestada por ele, se for capaz, ou pelo seu representante legal ou responsável*”. Manteve-se, portanto, as bases da Constituição de 1946, mas promoveu o desprezo pelo professor de Ensino Religioso, uma vez que não assumiu sua remuneração. Tal realidade dificultou a implementação da disciplina nas escolas públicas, mas garantiu uma vitória: a privatização da educação, garantindo a disciplina nas escolas privadas formadoras da elite brasileira.

Com o início da ditadura civil-militar, em 1964, a disciplina Moral e Cívica e Organização Social e Política brasileira se tornaram obrigatórias nas escolas brasileiras e o Ensino Religioso voltou a oscilar em seu grau de importância, determinado apenas a matrícula facultativa. Concorrendo com as outras disciplinas, sobrou no currículo pouco ou nenhum

espaço para a inclusão do Ensino Religioso e, por isso, na década de 1970 a Igreja tomou diversas iniciativas relacionadas ao Ensino Religioso. A Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) incluiu, entre as suas linhas de atuação, a análise, o acompanhamento, a avaliação do Ensino Religioso nas escolas confessionais ou públicas e promoveu vários encontros nacionais e estaduais. Essas ações tiveram como objetivos desenhar a identidade do Ensino Religioso, ter uma visão panorâmica do mesmo nas Escolas da Rede Oficial, refletir sobre o perfil do/a professor/a e sua formação, pensar a questão da interconfessionalidade, debater a diferença entre Ensino Religioso e Catequese, visando à educação da religiosidade do educando, à formação de sua identidade, à construção responsável do seu projeto de vida e vivência de práticas transformadoras.

Em 1988, com a nova Constituição brasileira, repetiu-se as características das Constituições anteriores, inclusive o trecho “*sem ônus para os cofres públicos*”, representando na época uma grande vitória para os movimentos laicos.

Em 1996, entretanto, com a nova LDB o governo alterou os dispositivos acerca do ensino religioso e bancou a disciplina. No campo escolar, a disciplina deve ter um caráter ecumênico, matrícula facultativa, fundamentada no respeito a liberdade religiosa; insere-se no campo do currículo escolar; merece tratamento igualitário no processo global de ensino-aprendizagem e as diferentes Igrejas precisam ter idêntico direito para entrar no espaço escolar.

No ano seguinte, outro campo de disputa se abriu: a elaboração dos PCN's (Parâmetros Curriculares Nacionais), que, inicialmente, não abordavam o Ensino Religioso. Após lutas e embates, passou-se a considerar a disciplina como uma área de conhecimento, parte integrante da formação básica do cidadão, devendo-se respeitar a diversidade cultural religiosa e determina-se o ônus da disciplina para os cofres públicos. Além do empenho para a implantação da nova concepção de Ensino Religioso na legislação, iniciativas foram tomadas para garantir a formação dos docentes para essa disciplina.

O campo da luta da disciplina de Ensino Religioso ainda não acabou, pois ela acontece agora na elaboração da Base Nacional Curricular Comum (BNCC). Neste momento, acontece o embate entre os defensores e os críticos de uma política pública financiando o Ensino Religioso nas escolas públicas. Os críticos defendem a tese de que já que é uma disciplina facultativa, nos termos da Constituição e da LDB, não faz sentido incluí-la na base curricular que expressa os conteúdos comuns nacionais obrigatórios nas escolas. Os defensores da disciplina afirmam que uma das principais competências para esse ensino esta na convivência

com a diversidade de identidades; e cultural, na diversidade de crenças, pensamentos, convicções, modos de ser e viver, logo, um ensino não confessional.

Enfim, nesse breve passeio pela construção da disciplina do Ensino Religioso, percebe-se que a história dessa área de conhecimento se construiu juntamente com a trajetória da educação brasileira e demonstra ser um lugar de luta entre a Igreja e Estado e isso se reflete nos diversos documentos legais. O Ensino Religioso, idealizado historicamente como doutrinário, na atualidade tem adquirido status de área de conhecimento acadêmica e científica buscando construir uma identidade pedagógica própria. Em epítome, o Ensino Religioso vem conquistando seu espaço e sua identidade, por meio de muitas lutas, com algumas vitórias e algumas derrotas, tendo a partir da LDB de 1996, um marco fundamental para a identidade e integração desta disciplina no sistema de ensino brasileiro.

Uma reflexão se faz neste final: a atual legislação, ao manter nas escolas públicas – mesmo que de forma facultativa o ensino religioso – afronta a Constituição brasileira de 1988 que proíbe o Estado brasileiro de se relacionar com qualquer religião? Existe um grande debate na atualidade acerca deste questionamento. Continuar com essa reflexão é de fundamental importância, pois é necessário garantir a liberdade religiosa de todos que habitam o cotidiano de nossas escolas.

2.1 A Nova LDB (Lei nº 2.997/97)

Em virtude dos problemas provocados pela reformulação da nova LDB, as comunidades escolares e as diversas denominações religiosas passaram a manifestar o seu descontentamento com o texto da lei, especialmente porque trazia consequências danosas ao bom andamento da escola, inclusive, para a formulação básica a ser ministrada no ensino fundamental.

O projeto de Lei nº 2.997/97 propunha alterações significativas na redação do artigo 33 da LDB. Pretendia que o Ensino Religioso fosse parte integrante da formação básica do cidadão, sendo que vedava qualquer forma de doutrinação ou proselitismo. Dizia que os conteúdos deveriam respeitar a diversidade cultural brasileira e deveriam ser definidos segundo parâmetros curriculares nacionais, de comum acordo com as denominações religiosas ou entidades que as representam.

O texto aprovado pelo Congresso Nacional e sancionado pelo Presidente da República é o seguinte:

Art. 1º - O art. 33 da lei Nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 33 – *O ensino religioso, de matrícula facultativa, é parte integrante da formação básica do cidadão e constitui disciplina dos horários normais das escolas públicas de ensino fundamental, assegurando o respeito à diversidade cultural religiosa do Brasil, vedadas quaisquer formas de proselitismo.*

Parágrafo 1º - *Os sistemas de ensino regulamentarão os procedimentos para a definição dos conteúdos do ensino religioso e estabelecerão as normas para habilitação e admissão dos professores.*

Parágrafo 2º - *Os sistemas de ensino ouvirão entidade civil, constituídas pelas diferentes denominações religiosas, para a definição dos conteúdos do ensino religioso.*

Art. 2º - *Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.*

Art. 3º - *Revogam-se as disposições em contrário*

É consenso o princípio de que o Ensino Religioso é parte integrante essencial da formação do ser humano, como pessoa e cidadão, estando o Estado obrigado a promovê-lo, não só pela previsão de espaço e tempo na grade horária curricular do ensino fundamental público, mas também pelo seu custeio quando não se revestir de caráter doutrinário ou proselitista, possibilitando aos educandos o acesso à compreensão do fenômeno religioso e ao conhecimento de suas diferentes manifestações nas diferentes denominações religiosas.

Dessa forma, pela primeira vez no Brasil se criam oportunidades de sistematizar o Ensino Religioso como disciplina escolar que não seja doutrinação religiosa e nem se confunda com o ensino de uma ou mais religiões. Tem como objeto a compreensão da busca do transcendente e do sentido da vida, que dão critérios e segurança ao exercício responsável de valores universais. Esse processo antecede qualquer opção por uma religião.

O Ensino Religioso, até o presente acabava sendo desagregador, visto que ao afirmar uma religião como única ou verdadeira, segregava todas as demais. A LDB, pelo presente projeto, ao priorizar os princípios religiosos, sem acentuar esta ou aquela confissão religiosa, cada aluno será aceito independentemente de qual credo confesse.

A experiência mostra que um dos fatores que afastava o aluno das aulas de Ensino Religioso era o fato deste não gostar da ideia de participar de uma aula de catequese ou aula de religião. Nem aula de religião, nem catequese, o novo espírito é o respeito a vida, a

experiência, a pluralidade e a diversidade. Este novo espírito que se pretende implantar com a nova LDB é mais que um avanço é uma conquista que certamente irá trazer grandes benefícios e merece destaque.

Outro ponto de destaque é que sendo o Ensino Religioso uma disciplina exige a habilitação de profissionais para esse ensino. Professores devidamente capacitados com consciência multicultural são exigências mínimas para a prática do ensino dentro da nova realidade. É evidente, que também os professores precisarão adequar-se a essa realidade preparando-se com responsabilidade e qualidade para obter essa nova consciência e, logicamente, esta capacitação só será possível se obtida de forma sistematizada e científica.

2.2 BNCC (Base Nacional Comum Curricular) - Proposta Curricular do Estado da Paraíba na Área do Ensino Religioso

O conhecimento religioso, objeto da área de Ensino Religioso, que se materializa no componente curricular de mesmo nome, é produzido no âmbito das diferentes áreas do conhecimento científico das Ciências Humanas e Sociais, sobretudo da(s) Ciência(s) da(s) Religião(ões), que investigam a manifestação dos fenômenos religiosos em diferentes culturas e sociedades enquanto um dos bens simbólicos resultantes da busca humana por respostas aos enigmas do mundo, da vida e da morte (BRASIL, 2017, p.434).

Tais fenômenos e suas diversas manifestações, que revelam múltiplos sentidos para o divino e diferentes cosmovisões, integram o substrato cultural da humanidade. Desse modo, é objetivo do Ensino Religioso abordar os conhecimentos religiosos a partir de pressupostos éticos e científicos, sem privilégio de nenhuma crença ou convicção, o que implica estudar esses conhecimentos com base nas diversas culturas e tradições religiosas, buscando ainda construir, atitudes de reconhecimento e respeito às alteridades.

2.2.1 Ensino Religioso - Ensino Fundamental

A temática do Ensino Religioso não Confessional nas redes públicas de ensino como direito do educando e como obrigatoriedade de oferta por parte do Estado está intrinsecamente ligada aos princípios democráticos e da paz, aos direitos civis e políticos de cada cidadão, bem como dos Direitos Humanos.

No Ensino Fundamental, o Ensino Religioso adota a pesquisa e o diálogo como princípios mediadores e articuladores dos processos de observação, identificação, análise,

apropriação e ressignificação de saberes, visando ao desenvolvimento dos seguintes direitos de aprendizagem:

1-Conhecer os aspectos estruturantes das diferentes tradições/movimentos religiosos e filosofias de vida, a partir de pressupostos científicos, filosóficos, estéticos e éticos.

2-Compreender, valorizar e respeitar as manifestações religiosas e filosofias de vida, suas experiências e saberes, em diferentes tempos, espaços e territórios.

3-Reconhecer e cuidar de si, do outro, da coletividade e da natureza, enquanto expressão de valor da vida.

4-Conviver com a diversidade de crenças, pensamentos, convicções, modos de ser e viver.

5-Analisar as relações entre as tradições religiosas e os campos da cultura, da política, da economia, da saúde, da ciência, da tecnologia e do meio ambiente.

6-Debater, problematizar e posicionar-se frente aos discursos e práticas de intolerância, discriminação e violência de cunho religioso, de modo a assegurar os direitos humanos no constante exercício da cidadania e da cultura de paz.

O Ensino Religioso está formatado na BNCC em três unidades temáticas: Identidades e Alteridades, Manifestações religiosas Crenças religiosas e filosofias de vida.

1- Na unidade **Identidades e Alteridades** possibilita a distinção entre o “eu” e o “outro”, “nós” e “eles”, cujas relações dialógicas são mediadas por referenciais simbólicos representações, saberes, crenças, convicções, valores a ser abordados especialmente nos anos iniciais, do Ensino Fundamental. Nessa unidade, pretende-se que os estudantes reconheçam, valorizem e acolham o caráter singular e diverso do ser humano, por meio da identificação e do respeito às semelhanças e diferenças entre o eu(subjetividade) e os outros (alteridades), da compreensão dos símbolos e significados e da relação entre imanência e transcendência.

2- Na unidade **Manifestações religiosas**, pretende-se proporcionar o conhecimento, a valorização e o respeito às distintas experiências e manifestações religiosas, e a compreensão das relações estabelecidas entre as lideranças e denominações religiosas e as distintas esferas sociais, envolvendo símbolos, ritos, espaços, territórios sagrados e lideranças.

Nos **símbolos**, encontram-se dois sentidos distintos e complementares. Por exemplo, objetivamente uma flor é apenas uma flor. No entanto, é possível reconhecer nela um outro significado: a flor pode despertar emoções e trazer lembranças. Assim, o símbolo é um

elemento cotidiano ressignificado para representar algo além de seu sentido primeiro. Sua função é fazer a mediação com outra realidade e, por isso, é uma das linguagens básicas da experiência religiosa.

Tal experiência é uma construção subjetiva alimentada por diferentes **práticas ritualísticas**, que incluem a realização de cerimônias, celebrações, orações, festividades, peregrinações, entre outras. Enquanto linguagem gestual, os **ritos** narram, encenam, repetem e representam histórias e acontecimentos religiosos. Desta forma, se o símbolo é uma coisa que significa outra, o rito é um gesto que também aponta para outra realidade.

Os rituais religiosos são geralmente realizados coletivamente em **espaços e territórios sagrados** (montanhas, mares, rios, florestas, templos, santuários, caminhos, entre outros), que se distinguem dos demais por seu caráter simbólico. Estes espaços constituem-se em lócus de apropriação simbólico-cultural, onde os diferentes sujeitos se relacionam, constroem, desenvolvem e vivenciam suas identidades religiosas.

Nos **territórios** sagrados frequentemente atuam pessoas incumbidas da prestação de serviços religiosos. Sacerdotes, líderes, funcionários, guias ou especialistas, entre outras designações, desempenham funções específicas: difusão das crenças e doutrinas, organização dos ritos, interpretação de textos e narrativas, transmissão de práticas, princípios e valores etc. Portanto, os **líderes** exercem uma função pública e seus atos e orientações podem repercutir sobre outras esferas sociais, tais como economia, política, cultura, educação, saúde e meio ambiente.

3 -Na unidade Crenças Religiosas e Filosofias de Vidas são tratados aspectos estruturantes das diferentes tradições/movimentos religiosos e filosofias de vida, particularmente sobre os mitos, ideia(s) de divindade(s), crenças e doutrinas religiosas, tradições orais e escritas, ideias de imortalidade, princípios e valores éticos.

Os **mitos** são outro elemento estruturante das tradições religiosas. Eles representam a tentativa de explicar como e porque a vida, a natureza e o cosmos foram criados. Apresentam histórias dos deuses ou heróis divinos, relatando, por meio de uma linguagem rica em simbolismo, acontecimentos nos quais as divindades agem ou se manifestam.

No enredo mítico, a criação é uma obra de **divindades**, seres, entes ou energias que transcendem a materialidade do mundo. São representados de diversas maneiras, sob distintos nomes, formas, faces e sentidos, segundo cada grupo social ou tradição religiosa.

O mito, o rito, o símbolo e as divindades alicerçam as **crenças**, entendidas como um conjunto de ideias, conceitos e representações estruturantes de determinada tradição religiosa. As crenças fornecem respostas teológicas aos enigmas da vida e da morte, que se manifestam nas práticas rituais e sociais sob a forma de orientações, leis e costumes.

Esse conjunto de elementos originam **narrativas** religiosas que, de modo mais ou menos organizado, são preservadas e passadas de geração em geração pela **oralidade**. Desse modo, ao longo do tempo, cosmovisões, crenças, ideia(s) de divindade(s), histórias, narrativas e mitos sagrados constituíram **tradições** específicas, inicialmente **orais**. Em algumas culturas, o conteúdo dessa tradição foi registrado sob a forma de textos **escritos**.

No processo de sistematização e transmissão dos textos sagrados, sejam eles orais, sejam eles escritos, certos grupos sociais acabaram por definir um conjunto de princípios e valores que configuraram **doutrinas** religiosas. Estas reúnem afirmações, dogmas e verdades que procuram atribuir sentidos e finalidades à existência, bem como orientar as formas de relacionamento com a(s) divindade(s) e com a natureza.

No conjunto das crenças e doutrinas religiosas, encontram-se **ideias de imortalidade** (ancestralidade, reencarnação, ressurreição, transmigração, entre outras), que são norteadoras do sentido da vida dos seus seguidores. Essas informações oferecem aos sujeitos referenciais tanto para a vida terrena quanto para o pós morte, cuja finalidade é direcionar condutas individuais e sociais, por meio de **códigos éticos** e morais. Tais códigos, em geral, definem o que é certo ou errado, permitido ou proibido. Esses princípios éticos e morais atuam como balizadores de comportamento, tanto nos ritos como na vida social.

Também as **filosofias de vida** se **ancoram** em princípios cujas fontes não advêm do universo religioso. Pessoas sem religião adotam princípios éticos e morais cuja origem decorre de fundamentos racionais, filosóficos, científicos, entre outros. Esses princípios, geralmente, coincidem com o conjunto de valores seculares de mundo e de bem, tais como: o respeito à vida e à dignidade humana, o tratamento igualitário das pessoas, a liberdade de consciência, crença e convicções, e os direitos individuais e coletivos.

Cumprir destacar que os critérios de organização das habilidades na BNCC (com a explicitação dos objetos de conhecimento aos quais se relacionam e do agrupamento desses objetos em unidades temáticas) expressam um arranjo possível (dentre outros). Portanto, os agrupamentos propostos não devem ser tomados como modelo obrigatório para o desenho dos currículos.

2.2.2 Ensino Religioso - Educação Infantil

Como seres humanos somos desafiados não só pela necessidade de sobrevivência, mas pela necessidade de respostas a questões que se referem a uma dimensão superior. Neste sentido, o Ensino Religioso desempenha um importante papel, uma vez que os conhecimentos construídos promovem desenvolvimento de valores, que contribuem na formação do caráter do educando.

Assim, considerando a Educação Infantil a primeira etapa da Educação Básica, torna-se fundamental que o trabalho referente a este componente curricular tenha início já nesta etapa, a partir de aspectos que envolvem “O eu, o outro e o nós”.

A segunda Versão da BNCC, 2016, p. 55 assegura que na pré-escola, crianças de 4 e 5 anos, com a obrigatoriedade de matrícula a partir da Emenda Constitucional nº. 59/2009, começam a frequentar a escola pública. A apropriação e a construção de conhecimentos pelas crianças nas instituições de Educação Infantil, urbanas e rurais, efetivam-se pela participação delas em diferentes práticas culturais, intencionalmente organizadas pelo professor e pela professora, no cotidiano das unidades. [...] Assim, o foco do trabalho pedagógico deve incluir o cultivo de uma visão plural de mundo e de um olhar que respeite as diferenças existentes entre as pessoas e entre os contextos ou culturas. Este é um dos aspectos contidos nesse documento. (BNCC, 2016, p. 56).

De acordo com a Resolução 009/2010 da Secretaria de Educação e Cultura de João Pessoa, Capítulo II, Art. 6º.

A educação infantil norteia-se pelos princípios de igualdade e liberdade, pelos ideais de solidariedade, pela gestão democrática, tendo por finalidade o desenvolvimento integral da criança em seus aspectos físicos, afetivo, intelectual, social, contribuindo para o exercício da cidadania, pautando-se ainda: I-No respeito à dignidade e aos direitos da criança com suas diferenças individuais, sociais, econômicas, culturais, étnica, religiosa, sem discriminação. (Semanário Oficial 04/12/2010, p. 003/21)

É importante mostrar a importância desses elementos na formação das crianças, somando junto aos outros saberes que complementam na formação de sua personalidade, para que possam se tornar pessoas capazes de dialogar, de se sensibilizar, de amar, de respeitar, de acreditar e de lutar por um mundo cada vez melhor, sendo cidadãos do universo. Todo ser humano que vivencia uma experiência familiar deve cultivar e ampliar com o decorrer dos tempos, outras experiências sociais através do ambiente escolar e da sociedade. Oleniki e Daldegan(2004, p. 57), afirmam:

No ambiente familiar o cuidar e o educar estão voltados às necessidades da criança, como: higiene, saúde, alimentação, afeto, atenção, normas, para a convivência social, normas de conduta, ética, expressões religiosas (gestos, orações...). Para atender essas necessidades o cuidar e o educar não se dissociam, mas são interdependentes, articulam-se para oferecer atenção e promoção de meios para o desenvolvimento e formação da criança, proporcionando condições que a ajudam na construção de sua autonomia.

É na Educação Infantil que essas experiências iniciam a partir da relação da criança com outras crianças e com as educadoras, seguindo uma sequência lógica de que o cuidar, o educar e o brincar estão associados às necessidades básicas da criança para o seu pleno desenvolvimento. É a partir do conviver, brincar, participar, explorar, expressar, conhecer-se que a criança adquire autonomia e ao mesmo tempo aprende a vivenciar os aspectos relativos ao seu desenvolvimento psico-social e cultural.

É através do lúdico que a criança se socializa e aprende brincando, e isso vem refletir, facilitar e influir na sua formação integral. Segundo Oleniki e Daldegan (2004, p. 64).

Para operacionalizar o Ensino Religioso na Educação Infantil é necessário considerar uma proposta pedagógico-metodológica que possa desenvolver o processo de ensino-aprendizagem partindo de uma atividade lúdica, relacionada ao conteúdo que se deseja trabalhar, proporcionando ao educando uma inter-relação entre o mundo que o cerca e sua própria experiência religiosa.

Todavia, o Ensino Religioso contribui, para o desenvolvimento das identidades dos sujeitos, considerando a construção de valores, a partir de experiências e conhecimentos religiosos e não religiosos já apropriados por eles, ampliando as possibilidades de aprendizagem na medida em que tratam do conjunto de conhecimentos constituintes da diversidade cultural e religiosa, permitindo que os educandos/as identifiquem significados elaborados pelas identidades e alteridades, manifestações religiosas e filosofias de vida, em diferentes espacialidades e temporalidades, e construindo sentidos referentes às distintas concepções e práticas sociorreligiosas.

Sendo a educação Infantil a 1ª etapa da Educação Básica e de acordo com os eixos estruturantes (interações e brincadeiras) dessa modalidade de Ensino, devem ser assegurados seis (6) direitos de aprendizagem e desenvolvimento para que as crianças tenham condições de aprender e se desenvolver. (BRASIL, 2017, p. 23):

1 Conviver; 2 brincar; 3 participar; 4 explorar; 5 expressar e, 6 conhecer-se.

Considerando esses direitos de aprendizagem e desenvolvimento, a BNCC (BRASIL, 2017, p. 23), estabelece cinco campos de experiências, nos quais as crianças podem aprender e se desenvolver.

- O eu, o outro e o nós
- Corpo, gestos e movimentos
- Traços, sons, cores e formas
- Escuta, fala pensamento e imaginação
- Espaços, tempos, quantidades, relações e transformações.

Todavia estes cinco pilares são portas abertas para estabelecer o Ensino Religioso (ER) nessa modalidade de ensino, tendo em vista que o primeiro pilar “O eu, o outro e o nós” faz parte dos conteúdos deste componente curricular. Um dos pilares do ER tem o foco no processo de humanização da educação, pois, penetra na essência do ser humano, através do princípio de alteridade, pois, *quem ama cuida e quem cuida ama*.

E desde cedo esse processo poderá começar no início da vida, no ventre da mãe, na 1ª infância e nas diversas etapas para chegar ao processo de desenvolvimento da Educação Infantil escolar. Sendo assim, o ER propicia a criança nessa fase, uma base que vai aprimorar, progressivamente, sua capacidade de leitura de mundo, ampliando conhecimentos referentes às diversidades, educando-o na e para a alteridade, na perspectiva dos Direitos Humanos.

Desta maneira este componente curricular contribui para a formação ética, estética, sensível e política possibilitando que se reconheçam e se valorizem enquanto sujeitos que se apropriam de saberes produzindo cultura nas relações com outras pessoas e com a natureza. As Diretrizes Curriculares Nacionais 2009 para a Educação Infantil assegura:

Art. 8º- A proposta pedagógica das instituições de Educação Infantil deve ter como objetivo garantir à criança o acesso a processos de apropriação, renovação e articulação de conhecimentos e aprendizagens de diferentes linguagens, assim como o direito à proteção, à saúde, à liberdade, à confiança, ao respeito, à dignidade, à brincadeira, à convivência e à interação com outras crianças.

De forma lúdica a criança vai se socializando e se familiarizando, crescendo fisicamente, cognitivamente e espiritualmente, onde o foco principal está na sua própria identidade religiosa.

2.2.3 Ensino Religioso - Educação de Jovens e Adultos

A educação envolve o ser humano num mundo de conhecimentos, possibilitando aprender com as experiências de vida diária, favorecendo as pessoas a se questionarem, a encontrarem respostas e, ao mesmo tempo, aprenderem com as situações concretas do seu cotidiano. O acesso ao conhecimento possibilita o surgimento de muitas aprendizagens.

A Constituição Federal do Brasil de 1988 (artigo 205) incorporou como princípio que todas e quaisquer educação visa o pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. Na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) 9.394/96, no artigo 2º, este princípio abriga o conjunto das pessoas e dos educandos como um universo de referência sem limitações e no artigo 33, alterado pela Lei n. 9.475, estabelece os princípios e os fundamentos que devem alicerçar epistemologias e pedagogias do Ensino Religioso por ser parte integrante da formação básica do cidadão, assegurado o respeito a diversidade cultural e religiosa, sem proselitismo. O Ensino Religioso, componente curricular de oferta obrigatória nas escolas públicas de Ensino Fundamental, com matrícula facultativa, em diferentes regiões do país, conforme a Resolução CNE/CEB nº 04/2010 e Resolução CNE/CEB nº 07/2010, é uma das cinco áreas de conhecimento do Ensino Fundamental de 09 (nove) anos.

Os estudantes da EJA estarão presentes nesse processo de aprendizagem, uma vez que “[...] a interculturalidade e a ética da alteridade constituem fundamentos teóricos e pedagógicos do Ensino Religioso, porque favorecem o reconhecimento e respeito às histórias, memórias, crenças, convicções e valores de diferentes culturas, tradições religiosas e filosofias de vida.” (BRASIL, 2017, p. 435).

É de fundamental importância conhecer as diversas concepções de mundo, presentes nas diferentes tradições religiosas, envolvendo os aspectos sociais, políticos, econômicos e ambientais de determinadas culturas. Compreender a origem dos textos, ritos e símbolos sagrados na história das tradições culturais e religiosas possibilita por meio da informação, reflexão e vivência de valores morais, éticos, estéticos e religiosos, o diálogo inter-religioso e, conseqüentemente, a superação das várias formas prosélicas de preconceitos, discriminação, intolerância às pessoas.

Utilizando de muitas metodologias, os discente na EJA, terão a oportunidade de aprofundar o conhecimento religioso, no âmbito escolar e acadêmico, “De modo singular,

complexo e diverso, esses fenômenos alicerçaram distintos sentidos e significados de vida e diversas ideias de divindade(s), em torno dos quais se organizaram cosmovisões, linguagens, saberes, [...] tradições, movimentos, práticas e princípios éticos e morais.” (BRASIL, 2017, p. 434).

Dentre as competências gerais da BNCC, (2018, p. 7) duas, são de grande importância no contexto da sala de aula da Educação de Jovens e Adultos (EJA)

6. Valorizar a diversidade de saberes e vivências culturais e apropriar-se de conhecimentos e experiências que lhe possibilitem entender as relações próprias do mundo do trabalho e fazer escolhas alinhadas ao exercício da cidadania e ao seu projeto de vida, com liberdade, autonomia, consciência crítica e responsabilidade.

9. Exercitar a empatia, o diálogo, a resolução de conflitos e a cooperação, fazendo-se respeitar e promovendo o respeito ao outro e aos direitos humanos, com acolhimento e valorização da diversidade de indivíduos e de grupos sociais, seus saberes, identidades, culturas e potencialidades, sem preconceitos de qualquer natureza.

O Ensino Religioso, sem nenhum propósito doutrinante de uma determinada visão religiosa, de maneira respeitosa e terna, proporcionará aos estudantes um processo de conhecimento e vivência, para além de sua crença religiosa, possibilitando a oportunidade de estudar outras formas de religiosidades, filosofias de vida, princípios e valores universais, na perspectiva da interculturalidade, dos direitos humanos e cultura da paz. De acordo com o Referencial Curricular de Rondônia:

A proposta do Ensino Religioso atual exige uma competência profissional docente; o professor, a partir do substrato religioso presente nas culturas, fará uma releitura do fenômeno religioso na escola, de toda experiência a partir do pessoal até a sua institucionalização com o método Observar – Refletir – Informar. Portanto, com tratamento diferenciado das propostas anteriores, exigem-se conteúdos específicos e novos pressupostos de avaliação.

Diante disso, “Reconhecer a existência do limite da vida; refletir sobre questões existenciais: Quem sou eu? De onde vim? Para aonde vou? descobriremos que somos seres em constante processo de construção e que a fé no transcendente auxilia no nosso crescimento como pessoa feliz”. (Proposta Curricular de Rondônia, 2013, p. 210).

É importante destacar, esses questionamentos existenciais porque fazem parte da linha de conteúdos do Ensino Religioso, onde as pessoas buscam suas respostas para *a vida além da morte*, ou seja: “Ressurreição; Reencarnação; Ancestralidade e o Nada”. (FONAPER. 2000, caderno 4, p. 32).

Outro argumento que solidifica a Educação de Jovens e Adultos, que é destaque na BNCC (2018, p. 15), quando afirma que: “Essas decisões precisam, igualmente, ser consideradas na organização de currículos e propostas adequados às diferentes modalidades de ensino (Educação Especial, *Educação de Jovens e Adultos*, [...])”. (grifo nosso)

Considerando os marcos normativos e, em conformidade com as competências gerais estabelecidas no âmbito da BNCC, o Ensino Religioso deve atender a quatro objetivos. Entre esses destacamos um que se acentua muito bem na EJA, ou seja: “Contribuir para que os educandos construam seus sentidos pessoais de vida a partir de valores, princípios éticos e da cidadania”. (2018, p. 432). De certa forma o ER enquanto componente curricular apresenta-se na escola pública com o seu objeto de estudo que é o conhecimento religioso identificado pela diversidade cultural religiosa, dado destaque ao fenômeno religioso.

Este componente curricular, enquanto processo educativo agrega valores à formação do ser humano, com autonomia e liberdade, fazendo suas escolhas, aderir como pessoa ao Sagrado, dialogar com ele e estabelecer compromissos de atuação no mundo. Esta compreensão nos faz entender com clareza uma metodologia dialógica que promova sinteticamente sobre a fé e a cultura, analisando e comparando os acontecimentos do passado e da atualidade sob a ótica da relação com o transcendente, promovendo uma reflexão sobre a religiosidade no cotidiano da vida e, assim deve proporcionar a formação de um espírito de reverência à crença alheia. Conforme Pozzer e Cecchetti, (2015, p. 349).

É tão importante observar jovens, adultos e idosos numa mesma sala de aula dialogando e respeitando-se mutuamente! Compreende-se nesse contexto a diversidade de idades e ideias, além da diversidade cultural religiosa. E por que deixá-los/las excluídos/das da BNCC da Paraíba?

O Ensino Religioso, na modalidade Educação de Jovens e Adultos, já uma realidade em alguns municípios paraibanos, como por exemplo, em João Pessoa. Trata-se de uma proposta curricular que traz uma diferencial singular, não só na formação educacional democrática e cidadã, como proporciona mudanças e transformações na vida das pessoas. Esse componente curricular em construção na BNCC-PB passará a ser referência, não só para todos os estados federativos do Brasil, como também para a América Latina.

A Educação de Jovens e Adultos, modalidade estratégica do esforço da Nação em prol de uma igualdade de acesso à educação como bem social, participa deste princípio e sob esta luz deve ser considerada como proposta da BNCC-PB.

3 BRASIL, UM PAÍS DE ALEGRIA E DO MEDO

Viver no Brasil de hoje é sinônimo de ter medo: medo de andar na rua, medo de deixar a janela da casa ou do carro abertas, medo de sair de noite, medo de existir, de se mover, de ser, medo enfim de viver.

O Brasil é conhecido tradicionalmente como o país da alegria, do samba, do futebol e do carnaval, agora é o país do medo. As autoridades, enfim acordaram depois de longa letargia, pensam e repensam, planejam e replanejam estratégias para debelar essa violência que nos ameaça por todos os lados e esbarram na espiral que cresce e se agiganta mais ainda em uma população com medo, que não colabora com a erradicação da violência simplesmente por pavor de ser a próxima vítima.

Diante deste medo generalizado recorreremos às religiões, as quais são encarregadas de serem portadoras de paz, esperança e vida para todos.

Após debruçar discretamente o olhar sobre algumas das grandes tradições religiosas, procuramos perceber o nexos entre violência e religião, e notamos uma grande responsabilidade do Ensino Religioso para o ser humano entender a vontade de Deus.

Em todo caso, o que parece ser comum a todas as religiões, é que a violência é diametralmente oposta ao projeto de Deus na criação e na história. Apesar de que em certos períodos desta mesma história, o ser humano só conseguiu enxergar a vontade e o desejo de Deus dentro de uma ótica de violência, o prosseguimento da pedagogia divina vai mostrar que na verdade Deus deseja a paz desde o princípio, e criando o ser humano à sua imagem e semelhança, quer possibilitar que em cada homem e em cada mulher aconteça o desejo do Reino de Deus, que é um desejo de uma cultura de paz.

Nesse sentido, toda a história da humanidade enquanto história do povo de Deus é a história da busca dessa paz, dessa shalom, que não é a ilusão de uma tranquilidade sem conflitos, mas a busca constante de uma paz dinâmica, sempre perdida e sempre recuperada, mas sempre doada sem cessar e mais que isso, desejada pelo Deus Transcendente e ao mesmo tempo amoroso.

O fato de que, na história do Cristianismo em alguns períodos, assim como em outras tradições religiosas, a violência continue presente e, mais ainda, legitimada pela religião, é devido à não capacidade do ser humano de instaurar dinâmicas de paz que sejam verdadeiramente eficazes na luta por uma vida mais humana.

Ao longo do tempo, vários pensadores que marcaram a história do mundo ocidental e oriental, levantaram suas vozes para criticar a violência. O processo da violência e a alienação que ela produz, é por eles e elas percebido como um processo de reedificação, ou seja, de assassinato. Só ao se libertar de toda dominação da força é que o ser humano pode então contemplar os três mistérios da existência: a verdade, a justiça e a bondade.

Toda violência é na verdade violação da personalidade daquele que a sofre. Toda violência é ameaça de morte. E isso porque atinge a dignidade do ser humano é já atinge sua vida. Da humilhação ao extermínio e ao genocídio, portanto, são múltiplas as formas de violência e múltiplas as de morte.

E toda forma de violência, portanto é mortal. E por isso produz tanto medo neste ser humano que se sente feito para a vida e não para a morte. A violência é tão antiga quanto o mundo e o homem.

A violência é também algo irracional, por isso o ser humano desperta para o pensar quando toma consciência da violência como algo radicalmente contrário às exigências de sua razão. A ética, portanto, julga a violência, identificando-a como a negação da humanidade e lhe opõe uma negação categórica recusando-lhe toda dignidade.

É esse conhecimento da violência e a recusa de submeter-se aos seus imperativos que funda o conceito mesmo de não violência. O homem e a mulher forte, ao contrário do sentido comumente dado a isso, não seriam aqueles ou aquela que possui os meios do poder e da violência, mas o que possui a sabedoria da não violência. Aquele que possui a força é aquele que sabe resistir ao arrastar da paixão coletiva e guarda o controle de seu próprio destino. A virtude da força é o que se chama comumente a fortaleza da alma, o dom da fortaleza que permite enfrentar as provações e as vicissitudes da vida, mantendo-se firme no que crê até o dom da própria vida.

Creemos que a única fonte possível da não violência é espiritual. Ainda que não tenha poder de se opor eficazmente, à violência da opressão ou da agressão, a ponto de eliminá-la, a fortaleza espiritual transforma o ser humano por dentro, gerando vida a partir de sua vontade de não violência. As forças aparentes e “eficazes” geralmente são materiais, sendo a fortaleza espiritual, do pensamento ou da vontade, “essencialmente contraditórias”.

Na sociedade como no mundo, a ordem da paz resulta do jogo das forças e energias que se limitam e se equilibra umas às outras. Não pode, portanto, haver relações justas e pacíficas entre os homens, senão na medida em que uns e outros sabem limitar seus desejos e

não desejam se apropriar dos objetos finitos. Pois um desejo limitado pode compor com meus outros desejos e com os desejos limitados dos outros homens.

A violência surge precisamente quando o homem começa a desejar o ilimitado, ou seja, perde o freio de seus próprios desejos e/ou quando seu desejo se encontra contrariado pelos outros. A violência se enraíza num desejo ilimitado que esbarra no limite constituído pelo desejo de um outro.

A justiça e a paz só podem acontecer, portanto, no momento em que os seres humanos começarem a entender os segredos das Ciências das Religiões e aprender a viver e conviver com as diferenças religiosas. Pode-se fazer isso através do Cristianismo Bíblico, do Catolicismo Romano, do Espiritismo Kardecista, do Protestantismo, das Testemunhas de Jeová, da Maçonaria, dos Adventistas do Sétimo Dia, do Mormonismo, do Hinduísmo, do Judaísmo, da Umbanda, do Candomblé e outros grupos religioso que andam pregando a Paz dentro de um coro singular de vozes baseado no argumento sólido sobre as coisas essenciais. O diálogo entre as religiões é uma busca de todos na implantação de uma cultura de paz.

Há muitas coisas nas outras religiões que nos parecem difíceis de aceitar. Se estivermos, porém, embarcados na tarefa comum de exorcizar o medo para que a paz possa brotar novamente no chão de nosso país acuado e desunido, poderíamos começar pelo exercício de escutar o outro, podendo aprender não apenas sobre como ele entende a realidade, mas qual é a sua maneira própria de entender. O medo começaria aí a ser exorcizado.

A escuta do outro em sua diferença feita em meio a uma enorme pluralidade de outras confissões e em diálogo com elas, devem ser uma vivência e uma fé desarmada.

O importante não é julgar, mas olhar, ver, escutar. Só assim poderemos “sair” da escravidão do medo e da violência mimética e redutora da alteridade do outro e entrar numa dinâmica de paz polifacética e plural. E somente tal “saída” pode levar-nos de volta à paz que não é apenas ausência de guerra, mas produtora de vida.

3.1 O Papel da Religião para o Ser Humano

O ser humano na busca incessante em desvendar o mistério de sua existência tenta compreender esta realidade através da religião que lhe são apresentadas desde seu nascimento; ou pelo menos, convencer-se de que o existir não é um acaso. As interrogações pertinentes estão sempre em seu percalço: De onde viemos? Quem somos? Para onde vamos?

Esses questionamentos mechem com a estrutura humana; que para Campbell (1990 p.05) todas as pessoas procuram “uma experiência de estar vivos, de modo que nossas experiências de vida no plano puramente físico tenham ressonância no interior de nosso ser e de nossa realidade mais íntimos, de modo que realmente sintamos o enlevo de estar vivos...” portanto, estar vivo é estar em sintonia com o interior de si próprio e, assim, procurar fazer o melhor fisicamente para que interiormente sinta-se bem e em paz. Realizando isso, o ser humano adquire uma experiência de vida, onde os significados estarão se movimentando de maneira a construir o que se almeja enquanto resposta para a existência.

Vejamos como um pouco disso se dá: segundo Campbell (1990 p.06), os adolescentes criam os mitos por iniciativa própria, ou seja, “... tem suas próprias gangues, suas próprias iniciações, sua própria moralidade. (...) Eles não foram iniciados na sociedade”. Eis a importância de conduzir, de aprender para poder ensinar, ou seja, se educar ethos aos adolescentes e aos jovens, para que dentro de seus costumes conheçam seus limites e tornem-se pessoas que respeitam e adquiram sabedoria de vida, para que não abarquem a tendência de estarem entre os jovens que não crêem em mais nada, onde suas vidas tornam-se um abismo, um vazio sem significado; donde, então emerge as drogas, procuradas pelas soluções rápidas que oferecem dos problemas que talvez nem sejam problemas, mas sim confusões e mal-entendidos.

Sendo o ser humano repleto de questionamento a respeito de tudo que o cerca, cabe a ele se envolver na complexidade de sua vida, não em suas complicações, buscando as inúmeras alternativas que enobrecem e valorizam sua existência. Pois, conhecendo a existência da diversidade de culturas e que há uma infinidade de Religiões através dos quais a pessoas se apóiam e ele se direciona para um itinerário que remete a compreensão e o prepara para que se adapte ao mundo em que vive de maneira pessoal e coletiva.

Segundo Eliade (1972 p.11) “o homem é um ser mortal, sexuado e cultural” devido as “irrupções do sagrado (ou do sobrenatural)”, exemplo disso é Simba de O Rei Leão, que volta à “luta” da vida devido à interferência do sobrenatural, ou seja, a aparição de seu pai é que o faz ver quem ele é realmente e lhe encoraja a voltar ao Reino; isso pode ser aplicado analogicamente ao ser humano: desde sempre procura formas de encontrar-se consigo mesmo, vai a procura das diversas religiões, a fim de identificar-se buscando mesmo sem saber o desvendar do mistério de si mesmo; procura algo que o ajude a preencher o vazio no qual sente que está imerso. Nesse caso o Ensino Religioso, se refere à busca do verdadeiro eu, à identidade pessoal, única, irrepitível; e às mais diversas realidades que fazem com que os

seres humanos coloquem um porque às suas atividades do cotidiano. A tarefa de desvendar a sua origem é árdua, sem a qual não há compreensão nem do mundo pessoal, quanto mais do coletivo e do sobrenatural.

Para Eliade (1972 p.16) o homem arcaico, “é resultado de um número de eventos míticos... que constituem uma história sagrada”, ou seja, é o que é, porque entes sobrenaturais permitiram que fosse assim; já para o homem moderno, ainda segundo Eliade, é como é hoje, porque houve contribuição de toda a sociedade; desde o descobrimento do fogo até os acontecimentos maléficos ou benéficos ocorridos com a humanidade o fazem ser um sujeito que está à mercê de tudo o que ocorre no passado e presente e que isso contribuirá para os que futuramente passarem por aqui, ou seja, a vida está repleta da rica característica da história.

O ser humano dentro de sua perspectiva de ser em relação, busca o autoconhecimento, interage e interfere no meio em que vive. Portanto, busca um envolvimento com a Religião como forma de encontrar e assumir sua identidade que é o segredo da origem das coisas, identificar de maneira inteligível como o sentido existe e como encontrá-lo no cotidiano. Desse modo, o conhecimento torna-se claro, passa da mente para o coração, a partir do momento que realmente se vivencia e conhece o que é buscado, encontra-se o que se procura.

As ações humanas são reflexos dessa busca diante de todas as situações que surgem no seu cotidiano. Cada solução almejada perante o que é aparentemente inexplicável ou sem nexos, revela seu desejo de estar à procura do sentido para sua existência. Com isso, a transcendência, o querer ir além do natural torna-se companheiro na jornada terrena do ser humano: em suas ações e utopias, mesmo sem que ele próprio o saiba; daí as crenças, superstições, mitos incutidos e mesclados em sua existência.

3.2 Respeito ao Diferente

De acordo com o PCNER 2010 p.20: “... pelo espírito de reverência às crenças alheias (e não só pela tolerância) desencadeia-se o profundo respeito mútuo que pode conduzir a paz.” Sob a perspectiva do ser em relação, abre-se campo para uma miscelânea de descobertas; faz-se necessário conhecer as mais diferentes crenças que surgem e consequentemente abrir-se para o novo que desponta em cada pessoa e aqui, em cada aluno oriundo das mais diversas realidades, sobretudo quando se fala em nível de Brasil. O Ensino Religioso na escola tende a unir as mais diferentes culturas, ou dimensões religiosas, a fim de que haja entendimento mútuo e a aquisição de novos conhecimentos a respeito das diversas religiões existentes.

A reverência e o respeito à maneira do outro acreditar e manifestar sua fé, é um paradigma a ser estudado com comprometimento, sem preconceitos, pois que este vem enfatizar não a visão sob determinado ângulo, mas sim, vem “desmistificar” o que foi se construindo no sentido negativo em relação às tradições religiosas, enquanto ponto de partida para um entendimento mais harmonioso entre as pessoas.

Até aqui, se fizermos uma análise, todos os fatores contribuem para a diversidade, desde o fato do ser humano em contato climático quanto às questões regionais, nacionais, continentais, de ascendência ou descendência.

Mas se a diversidade é ponto de parada, sem o esforço de ir, além disso, o E.R. como área de conhecimento tem o dever de “costura” o mito que cada um cria, expande e alarga horizontes, e motiva para o respeito. Se cada um é formado para viver com propriedade sua crença, este acaba respeitando o diferente do outro, porque acaba compreendendo que todos buscam respostas iguais que supram sua necessidade de transcender, mas é claro, de maneira diferente e este é um direito que não pode ser negado a ninguém.

Para Eliade (1972 p.123), “... a religião mantém a „abertura“ para o mundo sobre-humano”, ou seja, a religião contém valores absolutos para todas as atividades humanas, nas quais o ser humano se confronta com o mistério compreendendo a linguagem que o mundo lhe oferece. Para tal explicação, é imprescindível que se identifique os modelos que as Religiões lhe revelam, a fim de que se construa significação ao mundo, levando-se em conta que o que se busca é despontar para as idéias de “realidade, de valor e de transcendência” (1972 p.128).

A Religião que envolve o ser humano precisa ser realmente “desmistificada”: nada de complicação e sim buscar entender a complexidade impossível de se ignorar. Implantar ao invés da hegemonia de uma tradição religiosa a harmonia e o enriquecimento mútuo. É difícil tal caminho, mas o encontro com o Transcendente perpassa pela experiência com o outro, portanto é caminho necessário. Toda ação transcendental interpele e possibilita refletir e agir em prol do outro: a alteridade também tem a ver com respeito, com valorização do diferente. Essa é uma das missões do E.R. na vida das pessoas, inserido na vida dos alunos (as).

É nesta finitude, neste mundo da precariedade, do efêmero que o fenômeno religioso se fundamenta, se avoluma e se faz imprescindível ser reconhecido - sutilmente como a ação mítica entre as pessoas. Trabalhando-o, dá-se oportunidade para que a construção da liberdade na prática da sua fé seja cada vez mais incentivada e valorizada. Todos têm direito de ter ou

optar pela religião que quiserem, pois segundo Campbell (1990 p.59), “toda religião é verdadeira, de um modo ou de outro”, mas faz-se necessário compreendê-la em sua essência, não criando suas próprias metáforas. O E.R. diz em sua prática que é muito bom que o conhecimento a respeito seja externado para outras pessoas: todo “conhecimento é patrimônio da humanidade”, logo, a socialização só trará benefícios para todos.

A função da escola, além do conhecimento sistematizado é contribuir para que o conhecimento religioso esteja ao alcance dos alunos. A escola é formadora, portanto sua participação no cotidiano das pessoas é um marco importante para a abertura às novas conquistas nesse campo. Quando a aprendizagem é desenvolvida de maneira integral, a criança conhece a si, reconhece-se e conhece o outro, nisto consiste a educação de qualidade que trabalha a partir da sua própria verdade. Cabe à escola conduzir o E.R. sob uma reflexão crítica, na qual se estabelece significados, faz-se comparações, orienta-se, para a compreensão da dimensão religiosa, na qual o educando (a) está inserido e subsidiando-o em sua concepção de mundo, ajudará para que haja comprometimento com a construção do sentido da vida que terá como desfecho a experiência concreta com o Transcendente .

Todos falam de uma fraternidade universal. Como aconteceria na prática educativa? Para tanto, cabe aos educadores trabalhar com variedades de metodologias que despertem e auxiliem a motivação interna do educando para o conhecimento. Despertando neles o interesse por saber o porquê das diferentes religiões existentes na vida das pessoas e o porquê ela devotam a eles tanta importância. Faz-se necessário também, que o educador (a) esteja seguro, para que consiga atingir os objetivos com os alunos; visando assim, a aquisição de novos conhecimentos e fortalecimento e ênfase ao que já se sabe a respeito do desconhecido que está sendo oferecido sob um novo prisma.

Façamos uma analogia com o mito afro: quando existe uma única verdade absoluta, há a exclusividade que mata, empobrece e sufoca. Logo, todos caminhariam para tal fraternidade a partir da aceitação da verdade do outro, seus princípios religiosos também são relevantes. A importância de estabelecer o diálogo entre os (as) educandos (as) se faz imprescindível, o referencial religioso precisa ser aprofundado sem restrições, sem resistência é o bem comum que se quer alcançar.

É preciso cautela, cuidado, para não magoar ou insinuar qualquer postura que venha ferir a maneira que cada um tem de buscar e refletir sobre as religiões que envolvem a origem de sua vida, de sua morte e para além da morte: o encontro com o Soberano.

4 O ENSINO RELIGIOSO E A CULTURA DE PAZ

O fenômeno religioso existe na sociedade, e a escola, através do Ensino Religioso trabalha o conhecimento sobre esse fenômeno em sala de aula na perspectiva de uma formação que favoreça a convivência e a paz entre as pessoas que comungam diferentes crenças. Apesar de o Estado brasileiro ser laico a sociedade é religiosa, pois as pessoas constroem comportamentos, desenvolvem atitudes com base em crenças e ideias baseadas em convicções de diferentes religiões.

Portanto, ao integrar a formação básica do estudante, esse ensino não pode ser proselitista, pois precisa considerar a compreensão do fenômeno religioso presente nas diferentes tradições culturais religiosas e o diálogo, o respeito e a compreensão dessa diversidade tornam-se indispensável. O exercício de uma cultura de paz é pertinente.

A ausência de uma atitude de respeito e tolerância para com a diversidade religiosa presente na unidade escolar pode levar à disseminação de discriminação e preconceitos.

E dentro do componente Ensino Religioso o cuidado deve ser maior, pois não se pode utilizar o espaço público para privilegiar uma determinada tradição cultural.

Pode-se considerar que a força ética das religiões pode e deve contribuir para formação integral do estudante estimulando a cultura de paz e a aceitação entre os seres humanos, logo o Ensino Religioso como componente curricular deve promover o respeito entre os estudantes e fomentar a convivência humana entre pessoas com convicção religiosas diferentes, com pessoas que se denominam sem religião, ateias ou com várias pertencas religiosas e isso ajuda a diminuir a intolerância religiosa presente a sociedade.

A concepção de Ensino Religioso presente nos Parâmetros Curriculares do Ensino Religioso vislumbram novas perspectivas para a sua prática pedagógica e o caráter normativo, presente nesse documento, representa uma mudança paradigmática no Ensino Religioso.

E neste cenário de mudança e de transformação de trabalhar o Ensino Religioso na escola, através de observação, pesquisa e diálogo em sala de aula, bem como investigação, consiste num modelo de ensino pautado nas Ciências da Religião e vem ao encontro da proposta de educação defendida por Paulo Freire uma vez que a preocupação não está em repassar conteúdos que o mesmo denominava de bancários, mas de mostrar caminhos para que o estudante possa desenvolver sua criatividade e produção de conhecimento. Conforme, Freire diz que: os homens se educam entre si mediados pelo mundo o de que o aluno,

alfabetizado ou não, chega à escola levando uma cultura que não é melhor nem pior do que a do professor (FREIRE, 2003, p. 22).

Nesse sentido, pensar no Ensino Religioso com uma proposta inovadora, deixando para trás o ensino catequético, teológico ou interconfessional a partir da Cultura de Paz.

4.1 Direitos Humanos e Intolerância Religiosa

Os Direitos Humanos são direitos que visam resguardar os valores mais preciosos da pessoa humana, ou seja, a solidariedade, a igualdade, a fraternidade, a liberdade, a dignidade. Então, busca-se uma verdadeira conscientização da sociedade de que os direitos humanos devem ser resguardados independente de raça, cor, religião, orientação sexual, pois somos todos diferentes, não existe ninguém igual!

No que confere ao princípio da igualdade, sua essência está no respeito às diferenças existentes, dando a todos, sem distinção, tratamento igual, pois acima de tudo somos seres humanos onde precisamos resgatar a dignidade da pessoa humana.

Afirma a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, em seu Art. 5º e inciso VI: “É inviolável a liberdade de consciência e de crença, sendo assegurado o livre exercício dos cultos religiosos e garantia, na forma da lei, a proteção aos locais de culto e suas liturgias” (BRASIL, 1988). E diante da pluralidade, que foram constituídas por várias raças, culturas, religiões, nossa formação enquanto brasileira e brasileiro nos permitem que sejamos iguais, tendo cada um suas diferenças.

A Declaração Universal dos Direitos Humanos, de 1948, no seu Art. XVIII assim declara:

Toda pessoa tem o direito à liberdade de pensamento, consciência e religião; este direito inclui a liberdade de mudar de religião ou crença e a liberdade de manifestar essa religião ou crença, pelo ensino, pela prática, pelo culto e pela observância, isolada ou coletivamente, em público ou em particular (ONU, 1948).

No Brasil, a liberdade religiosa é de fundamental importância, mas é desrespeitada, e ao mesmo tempo encontramos homens e mulheres de diferentes crenças trabalhando juntos.

Nesse contexto e considerando o Ensino Religioso, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 9.394/96, em seu Art.: 33, prevista no texto da Constituição Federal de 1988, determina que o Ensino Religioso nas escolas públicas assegure “o respeito à

diversidade cultural religiosa no Brasil, vedadas quaisquer formas de proselitismo” (BRASIL, 1996).

Cada pessoa com a sua cultura têm o direito de professar a religião bem como o modo próprio de pensar e de reverenciar sua divindade e nesta compreensão cria-se a possibilidade de refletir de forma crítica sobre o exercício da tolerância religiosa por meio do diálogo inter-religioso.

As Ciências das Religiões, de onde é feita a transposição didática do Ensino Religioso, faz uma abordagem articulada entre outras Ciências para o conhecimento do fenômeno religioso. Este tem a finalidade de estudar as crenças e as práticas religiosas e suas consequências para a vida humana e isso possibilita ao estudante uma abertura para a compreensão do sagrado e favorece o respeito à diversidade religiosa através do diálogo inter-religioso. Outra possibilidade de entendimento é com a inclusão social ao trabalhar a temática tolerância significando respeito e a temática intolerância.

É perceptível o quanto se fala em tolerância religiosa atualmente no Brasil. No contexto religioso a ideia de intolerância parte da visão que muitas pessoas têm de que a sua religião é única autêntica, poderosa e com essa visão não abre mão deste padrão e com isso não se dão a oportunidade de conhecer outras culturas, outras religiões e isso muito contribui para a falta de respeito com pessoas que professam religiões diferentes, outras cosmovisões.

Para Rubem Alves (1982), cada povo tem o direito de possuir sua (s) religião (ões) e seus diferentes modos de reverenciar as divindades. Alves considera que tolerância significa aceitar o que parece errado, entender que, o que é errado para uns, também tem sua verdade para outros; e esta verdade não é melhor nem pior do que qualquer outra, apenas diferente e, portanto, deve ser respeitada.

Na atualidade, a tolerância encontra base sólida no conhecimento e no respeito ao outro, pois a ignorância alimenta o preconceito.

Nesse contexto, uma forma de combater a intolerância religiosa seria através de ações preventivas como a aprendizagem do viver com o outro, passando a conhecer e respeitar as diferenças seja qual for, e considerando que o princípio da tolerância religiosa para com o outro é o respeito à diferença manifesta em crenças diferentes, pois, pauta-se na formação do estudante inserida no processo de diálogo contínuo entre as variadas religiões atuantes em nossa sociedade.

É indiscutível e valeroso o estudo do fenômeno religioso, pois, tem contribuído muito para a educação integral de ser humano, proporcionando o diálogo inter-religioso e um espaço de respeito pela diversidade. O conhecimento religioso é patrimônio da humanidade e por esse motivo necessita estar à disposição na sociedade de forma laica, e estimulando, sobretudo e acima de tudo, o diálogo com as diferenças. Nessa perspectiva o Ensino Religioso tem o objetivo de contemplar o diálogo, e combater a intolerância, pois, sem o diálogo a discriminação e o preconceito imperam. O diálogo inter-religioso é a garantia para cada cidadão escolher sua religião, inclusive, de não a ter ou de possuí-la, ou ainda de optar por ter mais de uma pertença religiosa.

A religião tem como propósito principal a solidariedade, a união, a paz, a identidade, o sentido para a vida e o respeito ao próximo, vamos mostrar algumas mensagens de livros sagrados ou profetas/lideranças de algumas religiões, nas quais demonstram a vontade pelo uso pacífico da religião. Todas essas frases foram retiradas da cartilha “Diversidade Religiosa e Direitos Humanos” da **Secretaria Especial dos Direitos Humanos**:

- **Judaísmo**

Em cada indivíduo, em cada povo, em cada cultura, em cada credo, existe algo que é relevante para os demais, por mais diferentes que sejam entre si. Enquanto cada grupo pretender ser o dono exclusivo da verdade, o ideal da fraternidade universal permanecerá inatingível.

- **Mahatma Gandhi**

A regra de ouro consiste em sermos amigos do mundo e em considerarmos toda a família humana como uma só família. Quem faz distinção entre os fiéis da própria religião e os de outra, deseduca os membros da sua religião e abre caminho para o abandono, a irreligião.

- **Maomé**

Se eles se inclinam à Paz, inclina-te tu também a ela e encomenda-te a Deus...

- **Allan Kardec**

Toda crença é respeitável, quando sincera e conducente à prática do bem.

- **Hinduísmo**

A meta última da religião é o amor. Todas as religiões e crenças são conseqüentemente válidas, e sua aceitação tem de ser baseada na liberdade e numa opção consciente e espontânea. De outra forma, a religião não teria como meta o amor.

- **Religiões Afro-brasileiras**

Prevenir a intolerância é assumir que nenhuma verdade é única. É reconhecer que o outro tem livre arbítrio (...) Esse reconhecimento pressupõe garantir-lhe o direito de pensar, de crer; de amar, de doar, de rezar, de ser gente religiosa. Gente que exercita a missão sagrada de reconhecer no outro a imagem e semelhança de Deus, Olorum ou Javé.”

- **Napoleão Bonaparte**

Uma sociedade sem religião é como um navio sem bússola.

- **Buda**

Em verdade, jamais se destrói o ódio pelo ódio. O ódio só é destruído pelo Amor. Este é um preceito eterno.

- **Jesus Cristo**

Bem Aventurados os que têm fome e sede de justiça, porque serão saciados. Bem Aventurados os misericordiosos, porque alcançarão misericórdia. Bem Aventurados os puros de coração, porque verão a Deus. Bem Aventurados os que promovem a Paz, porque serão chamados filhos de Deus.

4.2 Formação Docente para o Ensino Religioso na Paraíba

O Ensino Religioso, com um olhar para prática pedagógica dialógica, exige uma relação crítica e construtiva entre educadores e educandos com seus respectivos universos culturais semelhantes aos defendidos por FREIRE (1991). Também, no caso dessa disciplina, o ato de ensinar não significa transferir conhecimento religioso, mas assumir a religião como um dado a ser conhecido como parte da apreensão da realidade, da formação do sujeito e da responsabilidade para com a sociedade. Isso exige formação e conhecimentos bastante sólidos na área. Desde então, reafirma-se a consolidação da ideia da licenciatura em Ensino Religioso no curso de Ciências das Religiões.

As Ciências das Religiões tem como objetivo específico, ajudar a definir os progressos desse particular campo disciplinar. Esse progresso se dá na decifração e entrada a campos desconhecidos e a fontes até então, inacessíveis (FILORAMO, 2003, p. 169).

Para esse autor as Ciências das Religiões, proporcionam conhecer saberes jamais vistos e divulgados pela teologia, filosofia, antropologia, etc. Por isso a importância de uma formação para os profissionais dessa disciplina. Paradoxalmente a estas necessidades do perfil docente, vemos que ainda hoje o Ensino Religioso é entregue aos professores de outras

disciplinas, sem a formação específica para ministrarem aulas nessa área de conhecimento. Daí constitui-se numa preocupação central para o Ensino Religioso nas escolas, como estão sendo ministradas tais aulas. Refletindo sobre este aspecto percebe-se que há uma escassez bastante elevada de cursos para professores dessa disciplina. Com isso observamos que a real necessidade de elaboração de diretrizes estaduais para formação docente em Ensino Religioso, partindo da realidade local, bem como a elaboração de um Projeto Político Pedagógico Escolar, que inclua desde a capacitação dos docentes, até os conteúdos curriculares de Ensino Religioso a serem trabalhados em sala de aula.

Essa luta não isenta dizer que, apesar dessa escassez de formação, muitos profissionais envolvidos na educação estão tentando mudar o conceito sobre Ensino Religioso. Os professores se virando como podem procuram dar um novo sentido a essa disciplina. E já é possível em algumas escolas observa-se práticas que vêm sendo executadas, para maior entendimento da diversidade cultural religiosa, existente na comunidade na qual a escola está inserida. Essa melhoria vem acontecendo graças ao incentivo do FONAPER, que em todo o Brasil, a partir do ano de 2000, vem oferecendo uma formação para os professores de Ensino Religioso em parceria com as secretarias de educação estadual e municipal de todo o país.

Em se tratando de uma formação, com um olhar para o estudo das Ciências das Religiões, destaca-se a Paraíba, que vem oferecendo Licenciatura, Bacharel, Mestrado e Doutorado na área. Essa ideia se originou quando a Comissão de Ensino Religioso encaminhou em 2004, o Projeto de Licenciatura em Ciências das Religiões à Universidade Federal da Paraíba que apresentou uma contra proposta, de começar pelo curso de especialização, por ter um processo de e tramitação mais curto. Fez-se uma pesquisa de demanda para verificar quantas pessoas no Estado teriam interesse por um curso de Ciências das Religiões e para surpresa, a pesquisa extrapolou a expectativa e o Curso de Especialização foi encaminhado através da professora e Doutora Neide Miele, que organizou o Programa de Pós-Graduação em Ciências das Religiões.

Sendo que em 2005 começou a primeira turma de Especialização em Ciências das Religiões. E vem aos poucos trazendo para formação de especialistas na área, muitos professores que trabalham com o Ensino Religioso no Ensino Fundamental. No ano 2007 foi implantada a primeira turma de Mestrado em Ciências das Religiões do Nordeste, sendo o segundo em uma Universidade Federal no Brasil.

A nomenclatura de Ciências das Religiões que a UFPB adotou para o curso, deu um sentido mais amplo e se constitui como inédito no país, já que nas demais universidades (públicas e privadas) brasileiras o curso é chamado de Ciências da Religião. Neste sentido, a Paraíba sai na frente, com uma abertura muito boa para o estudo das religiões e não da religião como enfatizam algumas outras universidades.

A habilitação do professor num curso de Licenciatura em Ciências das Religiões é necessidade premente no Estado. Neste sentido a Paraíba inaugurou em 2009, o primeiro curso de graduação em Ciências das Religiões, acontecendo na modalidade presencial. Abrindo assim um leque de oportunidades acadêmicas de formação para os professores de Ensino Religioso do Estado. Com isso espera-se que logo a Paraíba reverta o quadro de discriminação, proselitismo e falta de formação na área que existe, para um perfil de docência valorizada, capacitada e trabalhando o Ensino Religioso como área do conhecimento. Estimulando todos os municípios deste Estado a implantarem a disciplina, já que em sua maioria não existe, por falta de professores capacitados na área.

E como forma de mais acessibilidade, o Curso de Ciências das Religiões está sendo oferecido na modalidade a distância (EAD), garantindo assim acesso de formação e permanência nos estudos aqueles professores que moram distantes da UFPB e que não podem participar de um curso presencial.

Ter uma graduação e pós-graduação com essência de Ciências das Religiões, significa uma abertura para a interculturalidade e um profissional mais preparado para a transmissão e o diálogo com a diversidade. A disciplina de Ensino Religioso no Estado vai ganhar muito com isso e num futuro próximo transcenderá a tradição de proselitismo cristalizado ao longo do tempo.

As Ciências das Religiões podem oferecer a base teórica para o Ensino Religioso, posicionando-se com base na mediação epistemológica, para as finalidades educacionais em cursos de licenciaturas. E a disciplina de Ensino Religioso constituirá como o ensino das religiões na escola sem o pressuposto da fé (que resulta na catequese), sem o pressuposto da religiosidade (que resulta na educação para a vida religiosa), mas com o pressuposto pedagógico e epistemológico (que resulta no estudo das religiões).

Esta trajetória do Ensino Religioso na PB retrata a luta desses educadores que anseiam por formação de qualidade e continuada na área, para assim garantir em suas aulas oportunidades aos alunos de compreenderem o conhecimento religioso, a diversidade cultural

religiosa existente no seu meio e exercitarem através do diálogo e da tolerância, o seu papel de cidadão. Pois, acredita-se que [...] as diversas formas de diálogo levam a concretização nas relações entre gerações, entre os próprios alunos e professores e alunos. (FREIRE, 1996, p. 51). Paulo Freire buscou a educação como prática de liberdade, como práxis de libertação pessoal, para ação engajada de conhecimento e transformação da realidade de opressão. Almejamos isso no Ensino Religioso como um grande aliado da tolerância e do respeito ao diferente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A verdadeira existência do indivíduo-pessoa humana, as relações interpessoais e de modo mais amplo, as relações sociais e, por decorrência, a existência da própria sociedade, depende da autenticidade dos valores, que se solidificam a partir da certeza transcendental, e de uma ética que se consolida, sobretudo através do processo educativo iniciado na família, valorizado na educação escolar e nela, de modo privilegiado, no Ensino religioso.

Não se trata apenas de mera transmissão de normas de conduta. Na realidade, pretende-se proporcionar, na educação religiosa oportunidades para que o educando descubra o sentido mais profundo da existência; encontre caminhos e objetivos adequados para sua formação e realização, e valores que lhe norteiem o sentido pleno da própria vida. Assim, conferindo-lhe especial dignidade como ser humano e respeito por si mesmo, pelos outros, pela tolerância religiosa e pela sociedade.

Trata-se de oferecer ao educando a possibilidade de perceber a transcendência da sua existência e de como isso confere nova dimensão ao seu ser, nele imprimindo uma marca diferenciada para a construção de uma sociedade mais justa, centrada na solidariedade, na defesa e na promoção integral da vida.

O Ensino Religioso, diferente da grande maioria das outras disciplinas, abre-nos um amplo horizonte e nos permite trabalhar todas essas dimensões sem que, contudo seja necessário ensinar nem tão pouco aprofundar uma doutrina específica. A sua metodologia não tem limites e permite ao indivíduo que participe e que seja orientado, que receba a disciplina sem proselitismo, sem preconceito. O seu conteúdo trabalha a vida e na vida deve reter seus ideais e seus objetivos mais concretos. Esse é o nosso grande desafio como educadores de Ensino Religioso: "Procurar ensinar no sentido da vida sem que seja necessário ensinar sobre religião".

Acredito que a reflexão que nos propõe o Ensino Religioso inclui os variados critérios éticos da formação da cidadania, diante de um conjunto de regras que aplicadas corretamente, nos levam a perceber a importância de saber cuidar das Ciências das Religiões, permitindo esclarecer posições, e uma autenticidade na busca da integridade humana, e a colaboração para a construção de uma sociedade melhor.

Muitos dizem que a sociedade está em crise, a educação está em crise, que não existe mais valores, mais ética, jogando a responsabilidade para a estrutura, mas talvez seja

necessário nos interrogarmos, em que estamos colaborando para a transformação dessa sociedade em crise, devemos nos questionar quais as oportunidades que estamos oferecendo às nossas crianças e aos nossos jovens para desenvolverem a grandeza da consciência religiosa que faz parte do seu ser.

REFERÊNCIAS

ALVES, Rubens. **Dogmatismo e tolerância**. SP: Paulinas, 1982.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Básica. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, DF, 2017.

CAETANO, Maria Cristina. *Ensino Religioso: sua trajetória na educação brasileira*. Congresso Brasileiro de História da Educação.

CAMPBELL, Joseph. **O Poder do Mito**. São Paulo: ed. Palas Athena.1990.

DIÁLOGO, Revista do Ensino Religioso nº 30, p.15-17. São Paulo:Paulinas maio/2003.

ELÍADE, Mircea. **Mito e Realidade Debate e Filosofia**. São Paulo: Ed.Perspectiva. 1972.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

FILORANO, Giovanni; PRANDI, Carlos. **As ciências das religiões**. São Paulo: Paulus, 2003.

<https://www.jusbrasil.com.br/.../artigo-33-da-lei-n-9394-de-20-de-dezembro-de-1996>.

<https://www.politize.com.br/intolerancia-religiosa/>

Legislação Informatizada – LEI Nº 4.024, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1961 – Publicação Original.

MADURO, O. **Mapas para a festa: reflexões latino – americanas sobre a crise e o conhecimento**. Petrópolis: Vozes, 1994.

NOVA ESCOLA. **Paulo Freire, o mentor da educação para a consciência**. Disponível no site: <<http://novaescola.org.br/conteudo/460/mentor-educacaoconsciencia>>.

OLENIK, Marilac Loraine R., DALDEGAN, Viviane Mayer. **Encantar: Uma prática pedagógica no ensino religioso**. 2. ed. Petrópolis: Vozes 2004.

ONU (Organização das Nações Unidas). **Declaração sobre a discriminação de todas as formas de intolerância e discriminação fundadas na religião ou nas convicções**. Disponível em: <<http://www.dhnet.org.br/direitos/sip/ONU/paz/dec981>>.

PARANÁ, Secretaria do Estado do. Diretrizes Curriculares da Educação Básica: Ensino Religioso. Curitiba, 2008.

POZZER, e CECCHETTI, Ensino Religioso - SC: FONAPER, 2015. v. 8. p. 349.

Parâmetros Curriculares Nacionais – Ensino Religioso Edições AM São Paulo, 1997.

TAMBARA, Elomar; ARRIADA, Eduardo. *Coletânea de Leis sobre o ensino primário e secundário no período imperial brasileiro*. Pelotas: Seiva, 2005. p. 24.

UNESCO. **Declaração Universal sobre a Diversidade Cultural**. Disponível na Internet: <http://www.unesco.org>. -Acesso em: 12 dez. 2010.